

RESULTADOS
2025



QMRA PARTICIPAÇÕES S.A.
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da QMRA PARTICIPAÇÕES S.A

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	31	37
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	3.168	2.044
Tributos a recuperar	5	21	52
Total do circulante		3.220	2.133
Não circulante			
Tributos a recuperar	5	51	953
Total do não circulante		51	953
Total do ativo		3.271	3.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
PASSIVO			
Circulante			
Dividendos a pagar	9.5	55	30
Impostos e contribuições sociais	8	5	3
Outros Passivos		3	2
Total do circulante		63	35
Não Circulante			
Débitos com partes relacionadas	6	602	531
Total do não circulante		602	531
Patrimônio líquido			
Capital social	9.1	2.194	2.194
Reserva de lucros	9.2 e 9.3	77	65
Reserva especial de dividendos	9.4	170	170
Dividendos adicionais propostos	9.5	165	91
Total do patrimônio líquido		2.606	2.520
Total do passivo e patrimônio líquido		3.271	3.086

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	10	-	(56)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		-	(56)
Receitas financeiras	11	370	272
Despesas financeiras	11	(91)	(63)
Receitas financeiras líquidas		279	209
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		279	153
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(47)	(26)
Lucro líquido do exercício		232	127
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	13	0,05	0,03

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício	13	232	127
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado:		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		232	127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.194	29	30	162	170	-	2.585
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	(162)	-	-	(162)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	127	127
Proposta de destinação do lucro líquido:							-
Reserva legal	9.2	6	-	-	-	(6)	-
Dividendos	9.5	-	-	-	-	(30)	(30)
Dividendos adicionais propostos	9.5	-	-	91	-	(91)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.194	35	30	91	170	-	2.520
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	(91)	-	-	(91)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	232	232
Proposta de destinação do lucro líquido:							-
Reserva legal	9.2	12	-	-	-	(12)	-
Dividendos	9.5	-	-	-	-	(55)	(55)
Dividendos adicionais propostos	9.5	-	-	165	-	(165)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.194	47	30	165	170	-	2.606

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais, Serviços de terceiros e outros	10	-	(55)
Outros custos operacionais	10	-	(1)
Valor adicionado bruto		-	(56)
Valor adicionado líquido		-	(56)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	11	388	285
Valor adicionado total a distribuir		388	229
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		65	39
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	11	91	63
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	9.5	220	121
Lucros retidos / Prejuízos acumulados		12	6
		388	229

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
(Em milhares reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	13	232	127
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	47	26
Despesas com juros e variações monetárias - líquidas		(313)	(230)
Redução (aumento) dos ativos			
Impostos a recuperar		974	(21)
Aumento (redução) dos passivos			
Tributos e contribuições sociais		(45)	(26)
Outras contas a pagar		1	2
Caixa líquido (consumido) pelas atividades operacionais		896	(122)
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(777)	307
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(777)	307
Atividades de financiamento			
Débitos com partes relacionadas		(4)	(5)
Pagamento de dividendos		(121)	(216)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(125)	(221)
Variação líquida do caixa		(6)	(36)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4.1	37	73
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4.1	31	37
Variação líquida do caixa		(6)	(36)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

QMRA PARTICIPAÇÕES S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A QMRA Participações S.A. (“Companhia” ou “QMRA”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Cataguases – MG, sob o controle acionário da empresa Rede Energia Participações S.A., que tem por objetivo a participação em empresas, negócios e empreendimento relacionados às atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

- a) **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado;

- c) **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 2025, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente;

- d) **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 -
Contratos Referenciando a 1º de janeiro
Eletricidade Dependente de de 2026
Condições Naturais

As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

4.1 Caixa e equivalentes de Caixa

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	31	37
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	31	37

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

	2025	2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2	39
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2	2
Compromissadas	238	374
Fundo Multimercado	351	93
Fundo de Renda Fixa	1.678	1.014
Letra Financeira (LFT)	389	217
Letra Financeira (LF)	372	228
Nota de Crédito (NC)	5	5
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	60	72
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	71	-
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante	3.168	2.044

⁽¹⁾ Fundos de investimentos exclusivos são remuneradas a 99,3% do CDI Fundo Energia Futuro e (85,1% em 2024) do CDI Fundo MAG Zona da Mata.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 99,0% (99,3% em 2024) do CDI.

5. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2025	2024
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	71	981
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1	1
Impostos e contribuições a Recuperar - IRRF	-	23
Total	72	1.005
Circulante	21	52
Não circulante	51	953

6. Partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração. A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (100% do capital total).

Transações com partes relacionadas efetuadas durante os exercícios pela Companhia:

	Mútuos ⁽¹⁾	Despesas financeiras
REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S/A	(602)	(75)
2025	(602)	(75)
2024	(531)	(55)

⁽¹⁾ Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, no exercício foi em média de CDI + 1,1144% a.a. (CDI + 0,9159% a.a. em 2024).

7. Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

Os valores de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, apropriados no resultado do exercício, são demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	279	153
Alíquotas fiscais combinadas	24%	24%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(67)	(37)
Ajustes:		
Créditos tributários de períodos anteriores	20	11
Imposto de renda e contribuição social	(47)	(26)
Alíquota efetiva	16,82%	17,10%

8. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1	1
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	2	1
Contribuições ao PIS e à COFINS	2	1
Total - Circulante	5	3

9. Patrimônio líquido

9.1 Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$2.194 (R\$2.194 em 2024) e está representado por 4.371.366 (4.371.366 em 2024) ações ordinárias, sem valor nominal.

9.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76.

9.3 Reserva de Lucros - reserva de retenção de Lucros

O montante de reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$30 que foram retidos com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

9.4 Reserva Especial de dividendos

O montante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$170 e refere-se a dividendos apurados de exercícios anteriores e não distribuídos aos acionistas. De acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, estes montantes, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

9.5 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração aprovou a distribuição de dividendos como segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	232	127
Reserva legal (5%)	(12)	(6)
Lucro líquido ajustado	220	121
Dividendos obrigatórios (25%)	55	30
. Dividendos a pagar correspondem a R\$0,012610356 (R\$0,0068966588 em 2024) por ação ordinária	55	30
. Dividendos adicionais propostos correspondem a R\$0,037831067 (R\$0,0206899765 em 2024) por ação ordinária ⁽¹⁾	165	91
Total dos dividendos	220	121
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

⁽¹⁾ Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação. Os dividendos adicionais propostos de 2024 foram quitados em 25/03/2025.

10. Despesas gerais e administrativas

	2024
Serviços de terceiros	55
Outras	1
	56

11. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	347	216
Juros recebidos - Selic	41	69
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(18)	(13)
Total receitas financeiras	370	272
Despesas Financeiras		
Despesas de IOF/IR	(13)	(8)
Juros e multas	(1)	-
Atualização de mútuos	(75)	(55)
Outras despesas financeiras	(2)	-
Total despesas financeiras	(91)	(63)
Receitas financeiras líquidas	279	209

12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativo	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		31	31	37	37
		31	31	37	37
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	3.168	3.168	2.044	2.044
		3.168	3.168	2.044	2.044

Em 2025 e 2024, a Companhia não possui e nem operou com instrumentos derivativos.

13. Lucro básico e diluído por ação

Cálculo do lucro por ação em milhares de reais, exceto valor por ação.

Resultado básico por ação	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício	232	127
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	4.371	4.371
Lucro básico por ação (*)		
Ações ordinárias	0,05	0,03

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

14. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024 as demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por transações não caixa relevantes.

Administração

Maurício Perez Botelho
Diretor Presidente

Antônio Carlos de Andrada Tovar
Diretor Vice-presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC/RJ nº 107.310/O-0